



Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ:44.470.300-0001-00

DISPENSA Nº 024/2021

FLS. ___

CONTRATO Nº 022/2021.

Processo nº 042/2021

Dispensa nº 024/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO PARA ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART. 24, II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ-SP.

DAS PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ, com sede na Praça Riodante Fontana, 10, centro, Echaporã-SP, inscrita no CNPJ 44.470.300/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Chefe do Poder Executivo, o **Sr. Luís Gustavo Evangelista**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 30.421.475-9 e CPF 285.330.428-09, residente na Rua Gustavo Evangelista, 55, no Município de Echaporã, SP.

MATHEUS FRANCO LOBO 38421459856, com sede à Bahia, nº 752, na cidade de Echaporã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 41.506.003/0001-89, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor Matheus Franco Lobo, portadora da Carteira de Identidade sob o nº 44.498.897-X-SSP/SP e do CPF nº 384.214.598-56.

As partes acima identificadas têm entre si ajustadas, o contrato que se regerá pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO:

Prestação de serviços especializado para estruturação e organização da biblioteca municipal.

1.1 Planejar, implementar, coordenar, controlar e dirigir sistemas biblioteconômicos e de informações na unidade de serviço, coletando e fazendo o tratamento adequado da informação visando a recuperação pelo usuário;

1.2 Realizar estudos administrativos para aprimorar os recursos oferecidos ou que venham ser oferecidos pela unidade;





Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ:44.470.300-0001-00

DISPENSA Nº 024/2021

FLS. ___

- 1.3 Estruturar e efetivar a normalização e padronização dos serviços técnicos de tratamento da informação fixando índices eficientes gerando eficácia na produtividade nas áreas operacionais da biblioteca;
- 1.4 Estabelecer, coordenar e estruturar a política de seleção e aferição do material integrante do acervo bem como as prioridades de aquisição dos bens patrimoniais;
- 1.5 Estruturar e executar a busca de dados e a pesquisa documental;
- 1.6 Promover eventos culturais de diferentes manifestações artísticas;
- 1.7 Incentivar a leitura;
- 1.8 Estabelecer políticas de comunicação, apoio e incentivo à prática da leitura por meio das mídias sociais e diálogos permanentes;
- 1.9 Executar outras tarefas compatíveis com a propostas cultural e artística do município.

CLÁUSULA 2 – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O regime de execução do objeto deste contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA 3 – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 – A CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto descrito na cláusula 1, o preço global de R\$17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais), cujo pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas notas fiscais a cada visita realizada com solicitação da municipalidade, acompanhada do relatório que trata a cláusula anterior, no prazo de até 10 (dez) dias, após a emissão da mesma, sem prejuízo do disposto na LEI Nº 8.666/93, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018.

3.2 – Quando a CONTRATANTE não fizer os pagamentos dentro do prazo contratual, os valores devidos serão atualizados pela variação “pró rata die” do INPC-IBGE até a data do efetivo desembolso, e acrescidos de multa de 10% (dez por cento) do valor da parcela.

CLÁUSULA 4 – DOS PRAZOS

Os prazos de vigência, de início, de entrega, de observação e de recebimento, são os seguintes:

4.1 – Este contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura (25/05/2021 à 25/05/2022).

CLÁUSULA 5 – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:



Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ:44.470.300-0001-00

DISPENSA Nº 024/2021

FLS___

5.1 – Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas deste contrato e do regime de direito público a que estão submetidos, na forma de legislação de regência.

5.2 – O serviço deverá ser prestado com eficiência e dentro dos parâmetros propostos, sob pena de retenção do respectivo pagamento até sua integral regularização, independentemente das sanções legais aplicáveis a espécie.

5.3- A **CONTRATADA** assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, bem como, responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros na execução deste contrato.

5.4 – A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

CLÁUSULA 6 – DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DOS VALORES DE MULTAS:

Em caso de mora na execução contratual ou inadimplemento, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, com as multas dimensionadas na seguinte conformidade:

6.1 – Multas Moratórias;

6.2 – Multas pela inexecução parcial ou total;

6.2.1 – Pela inexecução parcial do contrato, a **CONTRATANTE**, poderá impor multas de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, ressalvada a hipótese do item seguinte;

6.2.2 – Pela inexecução total a multa poderá ser de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA 7 – DOS CASOS DE RESCISÃO:

Constitui casos que possibilitam a rescisão contratual, todas as condutas das partes que se tipificarem ao art.78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 8 – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO:

A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **ADMINISTRAÇÃO** em casos de rescisão administrativa PREVISTA NO ARTIGO 77 DA LEI Nº 8.666/93.

CLAÚSULA 9 – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

A execução contratual e todas as ocorrências decorrentes desta avença são regidas pelas disposições da Lei nº 8.666/93. Os casos omissos, não solucionáveis por essa norma, submetem-se aos preceitos de direito público em primeiro lugar, para depois ser-lhes aplicada a teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.



Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ:44.470.300-0001-00

DISPENSA Nº 024/2021

FLS. ___

CLÁUSULA 10 – DO CRÉDITO POR ONDE OCORRERÁ A DESPESA:

As despesas decorrentes deste contrato onerarão, neste exercício financeiro de 2021, à conta da seguinte dotação orçamentária:

FR.01-02.08-1339200062.022-3.3.90.39 – 876 OUTROS SERVIÇOS DE
TERCEIROS

CLÁUSULA 11 – DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente em 03(três) vias de igual teor, na presença de 02 testemunhas.

Echaporã-SP, 25 de maio de 2021.

~~LUÍS GUSTAVO EVANGELISTA~~
Prefeito Municipal

Matheus Franco Lobo
MATHEUS FRANCO LOBO
CPF/MF nº 384.214.598-56.

Testemunhas:

Iara Marques
IARA MARQUES
RG: 33.128.271-9

Fabiano Luis Tavares
FABIANO LUIS TAVARES
RG: 28.108.371-X